

# O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência\*

Cecilia Helena de Salles Oliveira  
Museu Paulista/USP

*"... Vamos tentar descrever esse monumento, que, como obra de architectura, parece-nos não encontra rival no Brasil ... Está situado na collina do Ypiranga ... a 6 kilometros da cidade. Foi em principio um monumento construído para commemorar a independência do Brasil, sendo em 1893 destinado a nelle estabelecer-se o Museu, que foi inaugurado a 7 de setembro de 1895. Compõe-se de vasto edificio com 123 metros de fachada, dous andares e cinco corpos ... No corpo central acha-se rico e bellissimo vestibulo ... Na entrada vê-se 24 columnas jônicas, sobre as quais repousa a sala de honra ... Em frente rasga-se uma escadaria de mármore ... e que conduz ao andar superior. Em meio dessa escadaria encontra-se em um nicho a figura em gesso da República. ... No primeiro andar acha-se uma enorme tela de Pedro Américo, representando a independência ...".*  
(Alfredo Moreira Pinto 1900).

As palavras do professor e político republicano Moreira Pinto (1900: 82-85) sintetizam os significados através dos quais aprendemos a reconhecer o Monumento do Ipiranga - o edifício que abriga o Museu Paulista - como parte integrante de nossas heranças históricas e culturais.

Referência estética e arquitetônica, já naquela época era apresentado como um dos marcos do espaço urbano paulistano, local a ser visitado e admirado, pois, na interpretação do cronista, testemunhava de modo palpável o crescimento físico da cidade e sua pujança econômica<sup>1</sup>.

Mas o que individualizava esse patrimônio público<sup>2</sup>, destacando-o das demais edificações, era o fato de assinalar o lugar "memorável" da proclamação da Independência e, simultaneamente, de abrigar um Museu de história natural, destinado à produção de um saber sobre a nação, servindo como "meio de instrução para o povo" e de "exploração científica para o Estado"<sup>3</sup>.

\* Utilizo a palavra espetáculo com duplo sentido: representação de caráter teatral; e sinônimo de algo que prende e constringe o olhar. Interpreto dessa forma o monumento construído no Ipiranga, pois o fascínio exercido pelo edifício tem obscurecido a percepção de seus significados políticos e históricos, e que ultrapassam sua dimensão material.

1. Sobre a dimensão urbanística e arquitetônica do edifício há interessantes considerações no catálogo da exposição do centenário do edifício do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (1990), *Às margens do Ipiranga*.

2. A Lei nº 46, de 25 de agosto de 1892, decretada pelo poder legislativo estadual e assinada por Bernardino de Campos, estipulava que o

Monumento do Ipiranga e "suas dependências" eram, a partir daquela data, "próprios do Estado". A mesma lei autorizava o poder executivo estadual a dar destino ao edifício e a encerrar as pendências jurídicas e financeiras ainda existentes entre a Comissão responsável pela construção do Monumento, os empreiteiros das obras e o governo. Cabe lembrar, entretanto, que a compreensão da dimensão jurídico-política desse instrumento legal foge aos objetivos deste artigo, por implicar a reconstituição do longo e polêmico processo que envolveu a construção do Monumento e que até 1896 estava em curso, conforme apontam os documentos manuscritos e impressos da Coleção "Barão de Ramalho", pertencente ao Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista da USP.

3. Alfredo Moreira Pinto (1900: 85) praticamente reproduziu os termos da Lei nº 200 de 29 de agosto de 1893, assinada por Bernardino de Campos, Presidente do Estado, e por Cesário Motta Jr., secretário dos negócios do interior. Por essa lei determinava-se que a instituição científica instalada no Monumento do Ipiranga seria um "museu zoológico, antropológico". No entanto, quando de sua visita, Moreira Pinto fez questão de realçar, além das exposições de insetos, peixes, répteis, aves, conchas, mamíferos e minerais, as coleções ar-

Ao longo, principalmente, das três primeiras décadas deste século, consolidaram-se os liames entre o Monumento-Museu e a memória da Independência. O lugar demarcatório da origem do Brasil-nação e o lugar destinado à ciência transformaram-se, também, no palco para a realização de festividades cívicas que, a cada ano, reavivavam representações sobre o passado. A esse respeito são instigantes os comentários feitos, em 1914, pelo então diretor do Museu Paulista, o médico e zoólogo Hermann von Ihering:

"...O dia 7 de setembro, que o Monumento do Ipiranga comemora, foi aqui dignamente festejado em 1912. Graças aos esforços empregados pelo governo, a solenidade teve brilho excepcional, devido ao concurso das escolas públicas que enviaram para mais de 10.000 crianças; o monumento artisticamente ornamentado bem como o grande jardim onde se armaram barracas para os pequenos convidados, apresentavam belíssimo aspecto..."  
(Ihering 1914: 8)<sup>4</sup>.

A definitiva conformação da imagem de Memorial deu-se, todavia, durante gestão de Affonso d'Escragno Taunay<sup>5</sup>. Logo depois de assumir o cargo, ponderava que "... o Monumento do Ipiranga, construído para a celebração do nosso magno acontecimento nacional, como solenemente o declara a sua grande placa inaugural da escadaria, com todo o seu destaque quase nada havia que lembrasse a tradição brasileira e paulista" (Taunay 1918)<sup>6</sup>.

Para sanar o que interpretava como lacuna, Taunay, valendo-se do apoio político e financeiro de autoridades e empresários, imprimiu novos rumos aos acervos e empreendeu uma de suas principais obras: a decoração interna do edifício, preservada até hoje<sup>7</sup>. Quando do Centenário da Independência, em 1922, boa parte da ornamentação, composta por pinturas e esculturas, foi inaugurada e no nicho da escadaria a figura da República, descrita por Moreira Pinto, deu lugar definitivamente à imagem monumental em bronze do primeiro Imperador. Nessa ocasião, Taunay considerava que os festejos do 7 de setembro assinalavam a abertura de um "museu histórico" na cidade, o que a seu ver, fazia justiça ao "local glorioso" em que se achava (Taunay 1923: 4)<sup>8</sup>.

A fala de Moreira Pinto e, especialmente, os registros produzidos por von Ihering e Taunay referenciam a trajetória institucional do Museu Paulista. Ao mesmo tempo, porém, apontam um leque de interrogações que dizem respeito tanto à conformação da memória da Independência quanto ao delineamento de uma memória em torno do edifício.

Pode parecer prosaico e até estranho questionar as motivações pelas quais o Monumento foi construído, uma vez que não só os protagonistas citados como outras fontes dessa época<sup>9</sup> foram unânimes em afirmar que a razão de sua existência sempre foi comemorar a data de 7 de setembro de 1822. No entanto, cabe lembrar que na sociedade moderna a recriação do passado faz-se enquanto representação mediatizada pela historicidade do momento em que foi elaborada<sup>10</sup>. Ou seja, a cada vez que os mortos são ressuscitados celebram-se aparentemente os mesmos fatos e personagens, mas revestidos de sentidos particulares e inconciliáveis<sup>11</sup>.

Certamente, a associação estabelecida por Moreira Pinto entre a Independência e a República não fazia parte dos desígnios que sustentaram os

festejos de 1912 e a imagem da congregação de escolares em torno do Monumento-Museu, tão cara a von Ihering, pouco tinha a haver com as práticas e concepções expressas por Taunay na “fantasmagórica”<sup>12</sup> decoração do prédio. Isto não quer dizer, em absoluto, que não houvesse o enraizamento de tradições celebrativas, herdadas do século XIX e reinventadas nas primeiras décadas do século XX. Tampouco coloco em dúvida a presença de fundamentos políticos e historiográficos comuns às recriações da Independência das quais o Monumento foi palco, por exemplo, em 1912 e 1922.

Mas, a sinonímia, tão familiar para nós, entre o Monumento e a Independência, entendida como “fato” objetivado em data e local presumidos, teria sido partilhada, de modo análogo, pelos políticos do Império que nas décadas de 1870 e 1880 decidiram construí-lo? Aprendemos a identificá-lo por intermédio das circunstâncias históricas e políticas singulares nas quais foi idealizado ou através de suas posteriores apropriações e da dimensão simbólica que a ele foi impingida nas décadas de 1920 e 1930?

O objetivo primordial deste artigo é o de realizar uma incursão inicial em relação a duas questões: a primeira diz respeito à maneira pela qual os políticos e “capitalistas”<sup>13</sup> envolvidos na edificação do monumento teceram uma história a respeito de seus atos e decisões; e a segunda relaciona-se à memória da Independência que o Monumento deveria projetar.

## 1. Da narrativa à construção de Monumentos

O majestoso edifício erguido no Ipiranga a partir de 1885 talvez tenha sido o mais polêmico, mas não foi o único monumento à Independência construído no século XIX.

Do ponto de vista da conformação da memória sobre a data de 7 de setembro, as décadas de 1860 e 1870 foram marcadas pela exteriorização de projetos concernentes à transposição da narrativa histórica e das tradições orais para outros suportes, dotados de tangibilidade e, por isso mesmo, interpretados como recursos capazes de resguardar o episódio e alguns de seus protagonistas do desgaste provocado pelo tempo.

Datam de 1862 a inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, na Praça da Constituição, e de 1872 a inauguração da escultura em homenagem a José Bonifácio, no Largo de São Francisco, ambas no Rio de Janeiro<sup>14</sup>. Curiosamente, nessa mesma época vieram a público os relatos do Coronel Marcondes e do Tenente Canto e Melo, testemunhas oculares do brado do Ipiranga e que reproduziram, com pouquíssimas alterações, o depoimento do Padre Belquior, divulgado em 1826, peça-chave na delimitação espacial e temporal do ato que teria fundado a nova nacionalidade<sup>15</sup>. E foi também nesse momento que ganhou ressonância a proposta de se construir um Monumento “paulista” à Independência.

Essas circunstâncias sugerem que contornos específicos passavam a revestir o debate em torno da Independência e da formação do Império, que se tornara recorrente desde a primeira metade do século XIX, como atestam, por exemplo, as obras de Silva Lisboa (1827-30), João Armitage (1836) e o conhecido “Libelo do Povo”, escrito por Francisco Salles Torres Homem (1849).

A discussão sobre os possíveis significados do dia 7 de setembro,

queológicas e, especialmente, as duas salas dedicadas a “objectos históricos” e “preciosidades” entre as quais destacou a suposta armadura de Martim Afonso de Souza e a mesa que teria pertencido a José de Anchieta. Sobre o caráter e significado dos museus de história natural no século XIX há ampla bibliografia. Cito apenas como referência para o leitor interessado no assunto: Schiele, org. (1989); Sheets-Pyenson (1988); Lopes (1993). Valeria a pena também percorrer os artigos publicados na *Revista do Museu Paulista* entre 1895 e 1918.

4. Há ao menos um registro iconográfico das festividades descritas pelo então diretor da instituição, Hermann von Ihering: a pintura *Museu do Ipiranga*, elaborada em 1912 por Augustin Salinas Y Teruel, pertencente ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Encontra-se reproduzida em: *A Pinacoteca do Estado* (1994: 158-159).

5. Sobre a trajetória desse historiador, há duas obras de enorme valia: Ellis & Horch (1977) e Matos (1977). Ver também: Elias (1996).

6. O *Relatório administrativo do Museu Paulista referente ao ano de 1917*, apresentado por Affonso d'Escragnoille Taunay, a 2 de janeiro de 1918, ao Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves encontra-se no Setor de Documen-

tação Histórica do Museu Paulista da USP.

7. Descrição detalhada da decoração interna do edifício pode ser encontrada no *Guia da seção histórica do Museu Paulista*, de Taunay (1937: 52 e ss). Ver também: Paiva, ed. (1984); Meneses et alii (1992) e o já mencionado catálogo *Às margens do Ipiranga* (Museu Paulista 1990).

8. O *Relatório administrativo do Museu Paulista referente ao ano de 1922*, apresentado por Affonso d'Escragnoille Taunay, a 23 de janeiro de 1923, a Alarico Silveira, Secretário do Interior, encontra-se no Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista da USP.

9. Refiro-me, especialmente, às interpretações veiculadas pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário Popular*, nos dias 8 e 9 de setembro de 1895, por ocasião da inauguração oficial do Museu Paulista. Também a obra de José Jacintho Ribeiro (1901, v.2: 358 e ss.) reproduz a mesma versão. Além disso, quase todos os memorialistas da cidade de São Paulo cuidaram de propalar a associação entre o edifício, o museu e o lugar originário da Independência e da nacionalidade brasileiras. Ver, por exemplo, Americano (1957). Mesmo a história do bairro do Ipiranga tem sido contada a partir do "fato" e de seu monumento comemorativo. (Barro & Bacelli 1979).

sobre o caráter da monarquia e sobre a representatividade do governo organizado com a Carta de 1824 assumiu facetas inéditas quando importantes figuras públicas, como Justiniano José da Rocha, Teófilo Ottoni e Tavares Bastos, entre outros, se propuseram a analisar os rumos da política nacional, ora defendendo a legitimidade do aparato constitucional em vigor, ora cobrando reformas (cf. Rocha 1855; Ottoni 1860; Bastos 1870)<sup>16</sup>. E essa polêmica ampliou-se ainda mais com a aparição do *Manifesto* do Partido Republicano, em 1870, opúsculo que não só associou a monarquia a um "regime de ficção e de corrupção" como colocou sob suspeita o heroísmo do primeiro Imperador e a dimensão emancipadora da proclamação de 1822<sup>17</sup>.

Em outras palavras, isso quer dizer que a recuperação do passado e a perpetuação de determinadas imagens acerca do episódio que teria assinalado a "origem" da "nação" encontravam-se vinculadas a uma complexa situação que envolvia a dinâmica interna do governo imperial naquela ocasião e uma profunda redefinição dos partidos liberal e conservador<sup>18</sup>.

Assim sendo, os Monumentos erguidos na Corte bem como a reabilitação da memória de D. Pedro I e de José Bonifácio estavam entreteçados a disputas e enfrentamentos que se projetavam por intermédio de múltiplas vias e de diferentes instâncias de poder, mas que se manifestavam igualmente pela mediação de um confronto em torno da "verdadeira" representação da história a ser celebrada. E, nessa ambiência, revestiu-se de especial significado, a meu ver, a proposta da construção de um Monumento no Ipiranga.

Os argumentos utilizados para justificá-lo e a maneira pela qual foi concebido apontam para a formulação de uma leitura particular da história do Brasil e de representações sobre a Província de São Paulo que tiveram, posteriormente, enorme ressonância, principalmente no âmbito dos discursos republicanos de fins do século. Mas, além disso, outra razão levou-me a privilegiar neste artigo um debate circunscrito à década de 1870.

Tradicionalmente, a história do Monumento do Ipiranga vem sendo contada a partir dos registros produzidos pelo Conselheiro Joaquim Ignácio de Ramalho, Presidente da Comissão encarregada das obras, iniciadas por volta de 1885. Em seus Relatórios<sup>19</sup>, Ramalho estabeleceu uma cronologia na qual o projeto que então se realizava foi definido como a concretização bem sucedida de inúmeras tentativas anteriores fracassadas, entre as quais situou a proposta da década de 1870.

Ao assim proceder, Ramalho contribuiu, de forma decisiva, para obscurecer a especificidade das circunstâncias políticas e da recriação da Independência que informaram a construção metafórica que ele mesmo gerenciou. Mais ainda: ajudou a esgarçar os vestígios das condições particulares que haviam presidido a elaboração do projeto apresentado nos anos de 1870, do qual também havia participado.

Mas quando se recuperam essas condições - ou ao menos parte delas - pode-se perceber que, entre 1885 e 1886, Ramalho rearranjou e sacramentou uma cronologia elaborada muito antes e que o Monumento do

Ipiranga, erguido sob sua administração, só na aparência lembrava iniciativas anteriormente formuladas.

## 2. São Paulo, "berço da nacionalidade"

Manuel Eufráasio de Azevedo Marques foi um dos primeiros cronistas a esboçar uma "história das tentativas feitas para erigir um monumento" no Ipiranga. Sua obra<sup>20</sup>, de 1879, procurava apresentar, com verbetes classificados em ordem alfabética, um panorama de fatos e personagens que mais teriam contribuído para a formação da Província de São Paulo, desde os primórdios da colonização até aquela data.

No verbete "Independência do Brasil", o Autor, fundamentando-se em "ilustrados escritores" e "testemunhos" de época, descreveu as ocorrências do dia 7 de setembro de 1822. Restringiu-se ao momento "glorioso" do famoso brado, relacionando-o ao "solo paulista", à figura de José Bonifácio e ao que seria um ato de vontade do Príncipe D. Pedro. Essa mesma versão reapareceu no verbete "Ipiranga", acrescida da informação de que "... até o presente nada existe neste lugar que comemore o maior acontecimento para uma nação que preza a sua autonomia" (Marques 1879, ed.1980, v.1: 338-341 e 345).

No entanto, Azevedo Marques sugeria que, em breve, o "célebre local" estaria perpetuamente assinalado, referindo-se a decisões adotadas, em 1875, pela Câmara da cidade de São Paulo para definir o caráter do monumento e concretizá-lo. Com base nessas resoluções e nos discursos pronunciados pelos defensores da proposta nessa ocasião, elaborou uma cronologia com o objetivo de demonstrar ao leitor a origem da "idéia" e seus desdobramentos.

Assim, a "história da construção do Monumento do Ipiranga" teria se iniciado em 1824, quando Lucas Antônio Monteiro de Barros, na época Presidente da Província, tomou a iniciativa de promover uma subscrição voluntária para tal fim. Em outubro de 1825, uma solenidade pública festejou o "lançamento da primeira pedra", mas o monumento não "chegou a progredir"<sup>21</sup>. De 1836 a 1841 outras tentativas se sucederam, patrocinadas pela Assembléia legislativa provincial e pela Câmara dos deputados que teriam designado quotas orçamentárias para a realização da obra. Segundo Azevedo Marques, esses esforços fracassaram e tiveram destino semelhante ações empreendidas por Rafael Tobias de Aguiar em 1855, por João Jacinto de Mendonça em 1861, e pelo Barão de Antonina em 1862. Nesses casos, "causas desconhecidas" ou falta de recursos financeiros foram os grandes obstáculos.

Dois acontecimentos, porém, patenteavam para o autor a possibilidade efetiva de concretizar-se uma "dívida" histórica tão antiga. Em 1869, a Câmara Municipal de São Paulo, solidarizando-se com a manifestação de "cidadãos" que apontavam a "conveniência de levantar no Ipiranga um monumento"<sup>22</sup>, nomeou uma "Comissão Central" na Corte para cuidar do assunto e escolheu o senador Visconde de Bom Retiro para presidir-la<sup>23</sup>. Além disso, em agosto de 1875, organizou uma outra Comissão, composta, desta vez, por moradores da cidade com o objetivo de "prosseguir na promoção do monumento", agindo em consonância com a Comissão Central.

Para comprovar sua interpretação e concluir o verbete, transcreveu documentos relacionados ao debate que se travava na Câmara nessa época. Mais especificamente reproduziu: o discurso do vereador Capitão José Homem Guedes Portilho, de 5 de agosto de 1875, defendendo a organização de uma

10. Referências teórico-metodológicas fundamentais para a discussão das complexas e matizadas relações entre a história, a construção da memória e o imaginário político encontram-se em: Lefort (1979), especialmente p. 211 e ss.; Bosi (1983); Vesentini (1982). Cabe destacar igualmente a importante contribuição a esse respeito formulada por Nora, org. (1984); e o artigo elaborado por Menezes (1993).

11. A conformação da memória da Independência foi um dos temas discutidos em minha tese de doutoramento, *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824* (Oliveira 1986). Ver também meu artigo "Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da Independência" (In: Bresciani, Samara & Lewkowicz, orgs. 1992: 153-170). Merece destaque especial a esse respeito igualmente a obra de Maria de Lourdes Vianna Lyra (1994), *A utopia do poderoso império*.

12. Utilizo a expressão inspirando-me em Claude Lefort (1979: 230 e ss.), quando observa que, no movimento recorrente e contraditório de revivificação do passado pelo presente, homens e acontecimentos se transformam em "sombras sem corpos", reatualizando-se na dimensão imaginária da sociedade moderna a inversão que preside as relações

sociais, onde as pessoas aparecem como coisas e objetos inanimados ganham vida própria.

13. A expressão "capitalista" era usada, nas décadas de 1870 e 1880, para designar quem possuía fortuna e propriedades de valor igual ou maior a 15 contos de réis e que, dada a liquidez financeira, podia fazer investimentos e empréstimos a particulares ou mesmo aos poderes públicos. Muitos "capitalistas" estiveram diretamente envolvidos, como se verá adiante, na Comissão que, em 1875, a Câmara de São Paulo compôs para construir um monumento no Ipiranga, entre os quais: Antônio de Aguiar Barros, Antônio Pinto de Rego Freitas, Desemb. Bernardo A. Gavião Peixoto, Carlos Leônico da Silva Carvalho, Clemente Falcão de Souza Filho e Joaquim Ignácio de Ramalho. Ver: *Indicador para o ano de 1878* (ed. fac-similar 1983: 163 e ss.).

14. Sobre a estátua e-  
qüestre em homenagem a D. Pedro I informações valiosas podem ser obtidas na obra de Stanislaw Herstal, *D. Pedro: estudo iconográfico* (1972: v.1 218-268). Sobre a escultura de José Bonifácio, ver: Ribeiro (1901: v.2 446-447).

15. Os três relatos mencionados foram reproduzidos por Francisco de Assis Cintra (1931), na obra *D. Pedro I e o grito da Independência*. Importantes conside-

Comissão "paulista" para promover o monumento; a relação dos "cidadãos honrados" que aceitaram participar dessa empreitada; e a *Circular*, de 15 de setembro do mesmo ano, enviada pela Comissão recém-constituída a todas as Câmaras e vilas do Império.

Curiosamente, o conteúdo desses registros, ao contrário de reforçar, fragilizou as principais assertivas de Azevedo Marques, pois revelou o caráter político da imagem de continuidade estabelecida entre as várias tentativas de erguer um monumento no Ipiranga. A documentação produzida pela Câmara indica que o que se assistia em 1875 era a exteriorização de um projeto específico, apresentado como se fora repetição de uma "idéia" lançada cinqüenta anos antes. Além disso, caiu por terra a imagem da pretensa harmonia existente entre as mencionadas decisões da Câmara e a atuação dos membros da Comissão da Corte.

No entanto, é preciso levar em conta que a recuperação desses registros por Azevedo Marques estava relacionada ao fato de esse autor partilhar a mesma leitura da história do Brasil expressa na fala e na ação dos vereadores que, em 1875, justificavam a construção de um monumento à Independência em São Paulo. Nessa leitura, a província emergia na condição de lugar a partir do qual a nação fora construída no passado e se projetava para o futuro.

### 3. O projeto de um monumento "paulista"

A despeito dos registros municipais traduzirem apenas uma das vertentes do debate político na década de 1870, constituem fontes valiosas para a compreensão do delineamento da representação que cristalizou a aliança entre o "fato" de 7 de setembro de 1822 e o solo paulista, o que acabou fundamentando um imaginário em torno da Independência cujas repercussões podem ser percebidas até hoje. Ou seja, bem antes do final do século XIX já se projetava a injunção entre a trajetória histórica de São Paulo e os destinos do Brasil, concepção que impregnou boa parte da fala republicana e que teve em Moreira Pinto um de seus divulgadores. Vale a pena, portanto, acompanhar com cuidado o discurso pronunciado por Guedes Portilho na sessão da Câmara de 5 de agosto de 1875 e que foi marcado pela indignação, pois o vereador mostrava-se profundamente incormado diante de uma situação, a seu ver, injustificável:

"Atendendo a que os monumentos que as Nações erigem memorativos de suas maiores glórias e penhores de reconhecimento aos heróis a quem as devem, são sagrados empenhos a pesar sobre o coração dos que o sentem bater ao impulso do amor da pátria... cuidado não haver em São Paulo quem não veja com desagrado a gloriosa Collina onde irrompeu o immortal brado que trouxe ao Brasil a independência ainda erma de simples marco, a extremata si quer das solidões que a circumdam..."  
(*Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, LXI: 95-98).

A causa principal dessa situação estava na inoperância do governo imperial, do parlamento e das autoridades provinciais que, desde a década de 1830, segundo o vereador, vinham protelando uma solução definitiva. Mas essas críticas difusas eram parte de uma argumentação que tinha endereço certo: a Comissão presidida pelo Visconde de Bom Retiro.

"... Letra morta se tornava (a idéia da construção), quando surgia na côrte uma comissão, propondo-se, sobre deliberação desta câmara, a levar a effeito o monumento - A comissão constava de cidadãos conspícuos por dedicação e serviços ao paiz; mas residiam na côrte e eram 3; não sei se 2 apenas - Dous para tão agigantada empreza! As construcções começam pelo lançamento da pedra fundamental. Elles chegam á esta cidade; se dirigem ao Ypiranga. Se dirigem não a lançar lá a pedra fundamental do monumento; mas a arrancar a que fora lançada sob a presidencia do illustre visconde de Congonhas do Campo! (1825). A comissão que vem dar-nos a obra, destrôe o começo della; abandona a pedra arrancada no palácio do Governo; retira-se; não dá mais cópia de si. Entretanto, lá vão mais de 3 annos de absoluto silencio seu..."  
(*Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, LXI: 95-98)<sup>24</sup>.

Ora, o que Portilho denunciava era que em 1869 a Câmara avalizara formalmente tratativas que tiveram lugar na Corte, o que não só contradiz a mencionada versão de Azevedo Marques como aponta para negociações que superavam o âmbito da edilidade. Entretanto, o ponto essencial não é esse e sim a maneira pela qual procurou sustentar, simultaneamente, a primazia da Câmara da capital no encaminhamento da chamada "questão do Ipiranga" e o projeto de um monumento "paulista" à Independência, o que significava, na prática, romper os vínculos com a Comissão Central, desqualificando sua autoridade. Para tanto, recorreu a argumentação incisiva: o governo imperial, além de centralizador, compactuava com o "falseamento" da história.

"... Assim embalados de esperanças em esperanças, sempre fagueiras, todas illusórias, vamos deixando perpetuar-se este absoluto abandono em que permanece a magestosa collina; abandono de que os bons paulistas tanto se pejam aos olhos do estrangeiro, e que a existência de nada menos de dous monumentos na côrte manifesta um maior relêvo; de sorte que, ao passo que aquella cidade se orgulha de contêr, desde 30 de março de 1862, a estatua do inclyto fundador do Império, e desde 7 de setembro de 1872 a do patriarcha dessa fundação, o Brazil ha mais de meio século aguarda em vão o monumento à sua emancipação politica!. Mas eu me engano; a ninguém pôde mais occorrer de reclamar o monumento. - A divida acha-se plenamente preenchida; é o monumento ha mais de 13 annos erguido na estatua de D. Pedro I, de saudosa memória, que a côrte ergueu. Foi na capital desta provincia o brado que independizou o Brazil e fundou o Império; foi na capital do Império a outhorga á nação do seo pacto fundamental. - Pois bem; está transladada da cidade de S. Paulo para a do Rio de Janeiro a memória dos heróicos feitos havidos n'aquella. A estatua lá não é Pedro I a outhorgar a Constituição; é Pedro I a cavallo, no acto de acclamar a Independência - Como monumento da Independência, na sua inauguração, de facto, fallaram os oradores ... A fim de completar tão singular especie de centralização, acha-se tambem transladada para a côrte a memoria do conselheiro José Bonifácio... A gloria da emancipação cabe a todos; mas reivindicamos a de ter sido o solo paulista o berço da nacionalidade brasileira ... O Brazil não é a cidade do Rio de Janeiro; a nação não pôde olhar com glacial indifferença, monumental bronze a desmentir seus annaes, falsificando a historia; e menos o primeiro de seus Cidadãos querer que por mais tempo persista o menosprezo do recanto de São Paulo, que o heroísmo de seu Augusto Pai eternamente celebrizou. A imitação da Cãmra municipal da Corte, iniciemos a grandiosa empresa, confiando-a ao patriotismo dos Cidadãos. Não é aqui, onde a iniciativa particular, quanto aos interesses materiais e morais tem tomado incremento a colocar nossa provincia na vanguarda das outras, que se pode temer o malogro..."  
(*Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, LXI: 95-98, grifos meus).

A proposta de Portilho - criar uma nova Comissão e abrir uma subscrição voluntária entre os "cidadãos" do Império - retirava da esfera do Estado a incumbência e o poder de realizar o monumento, alocando-os no âmbito da

rações a respeito especificamente do movimento de construção da data nacional de 7 de setembro podem ser encontradas no artigo "Memória da Independência: marcos e representações simbólicas", de Maria de Lourdes Vianna Lyra (1995).

16. Estudo valioso a respeito do debate em torno do tema da Independência e da Constituição do Império foi realizado por Alexandre Tadeu Seguin (1994), sob a orientação da Profa. Dra. Izabel Andrade Marson.

17. O *Manifesto* republicano de 1870, pode ser encontrado na obra organizada por Vamireth Chacon (1985: 237-254). O documento faz parte também da obra de Américo Brasiliense (1878).

18. Obra considerada clássica a respeito das vicissitudes da política do Império na segunda metade do século XIX é o famoso livro de Joaquim Nabuco (1936), *Um Estadista do Império*. Ver também: Sérgio Buarque de Holanda (1972).

19. Relatórios apresentados pelo Conselheiro Joaquim Ignácio de Ramalho, presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga, de 1885 a 1889 (Coleção "Barão de Ramalho", Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista da USP).

20. Marques (1980, 3. ed.): a 1.ª edição data de 1879 e foi patrocinada

pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A edição que utilizei traz interessantes dados biográficos sobre Azevedo Marques e o prefácio preparado por Affonso d'Escragnoille Taunay para a 2a. edição, de 1950.

21. José da Silva Lisboa (1827-1830: tomo III, parte X, p.52) sugeriu que logo após a proclamação de 7 de setembro de 1822 o próprio D. Pedro teria ordenado que "se levantasse no dito sítio (do Ypiranga) hum monumento para perpétua Memória de Sua Heróica Resolução e da Unânime aprovação do Povo", e que "logo alli se lançaram as primeiras pedras". No entanto, não precisou datas ou outros pormenores. Anos mais tarde, João Armitage, ao descrever as circunstâncias que envolveram a separação de Portugal mencionou que "era intenção dos habitantes de São Paulo erigir um monumento comemorativo" na colina do Ipiranga, ressaltando que quando visitou o local, em 1834, "as obras não tinham passado do alicerce" (Armitage, Cap. 6 e nota 24).

22. O autor se referiu ao ofício do Comendador Jerônimo José de Mesquita, datado de 22 de abril de 1869 e discutido na sessão da Câmara do dia seguinte. O texto apontava a "necessidade" de erigir-se nas margens do Ipiranga um monumento "que mostre aos vindouros o lugar onde soltou-se o glorioso grito

sociedade civil e no do fórum que, a seu ver, melhor poderia representá-la: a Câmara da cidade onde tivera lugar o memorável evento. Mas, além disso, ao enfatizar que a obra deveria ser o símbolo público e visível da "nacionalidade", insinuava um distanciamento entre a atuação do governo imperial e as legítimas aspirações da "nação".

Suas considerações conotam questões muito mais complexas e candentes do que fazem supor as figuras de linguagem com as quais tingiu o discurso. Ao contrapor a imagem de uma história "verdadeira" à circulação de "falsas" versões e ao "falseamento" ensejado pelos monumentos erguidos na Corte, com o beneplácito do governo imperial, Portilho (ou os setores dos quais eventualmente fosse porta-voz) avivava e imprimia perfil particular a um debate político e historiográfico que, como foi mencionado, vinha de longa data. Seu discurso entrelaçava essas críticas a uma leitura da história do Brasil, na qual a província de São Paulo era retratada como "vanguardeira" em relação às demais e qualificada como "berço da nacionalidade". Ora, isso remete também a uma dinâmica peculiar do jogo político-partidário e das relações entre a província e o governo central em 1875.

É importante levar em consideração que a proposta referente ao monumento foi apresentada na Câmara às vésperas da visita oficial do Imperador à província<sup>25</sup> e perante uma edilidade composta por políticos, como Bento Alves Pereira e Antônio Proost Rodovalho, que haviam participado das negociações realizadas em 1869 - agora rechaçadas - e que conseguiram se reeleger para o quadriênio 1873/1876<sup>26</sup>.

Ademais, tanto o teor da proposta quanto sua aprovação unânime e pública pela Câmara, foram precedidas por articulações que, certamente envolveram múltiplos protagonistas, pois a 5 de agosto verificou-se a apresentação simultânea do projeto e da relação nominal de "cidadãos" que deveriam formar a nova Comissão. E entre eles encontravam-se conservadores, como Francisco Antônio Dutra Rodrigues e João Mendes de Almeida; liberais, como Martim Francisco Ribeiro de Andrada; e republicanos, como Américo Brasiliense de Almeida Mello<sup>27</sup>.

Que correlação de forças políticas daria respaldo para o pronunciamento irônico e questionador de Portilho? Que circunstâncias políticas singulares se manifestavam por intermédio de uma polêmica que envolvia as figuras de D. Pedro I e de José Bonifácio e que colocava em questão a "verdade" histórica sobre a Independência? E por que razão a celebração do passado, sua recuperação enquanto representação imaginária, careciam nesse momento de sustentáculos físicos que impedissem o "esquecimento" do lugar onde a nacionalidade "nasceu"?

O encaminhamento de indagações como estas implicam necessariamente a reconstituição da matizada situação político-partidária na província de São Paulo e na Corte nessa época, o que extrapola, no presente momento, os limites desse artigo. Entretanto, o que parece certo é que foi momentâneo o respaldo político conferido ao discurso e à proposta de Guedes Portilho. Isso pode ser observado pela enorme diferença de conteúdo que separa o projeto defendido pelo vereador e a *Circular*, divulgada pela Comissão "paulista", a 15 de setembro de 1875.



O projeto apresentado por Portilho em agosto, e referendado pela Câmara, continha dois pontos básicos: a construção do monumento seria obra de exclusiva responsabilidade do poder municipal e da sociedade civil, sem qualquer ingerência da Comissão Central e do governo imperial; o empreendimento seria gerenciado por uma Comissão, radicada em São Paulo, composta pelos vereadores no exercício do mandato e por mais 20 "cidadãos". E para garantir que as decisões se mantivessem nesse âmbito ficou acordado que o Presidente da edilidade fosse o Presidente da Comissão.

Mas, a *Circular* dirigida ao público a 15 de setembro veiculava outra proposta:

"... Brasileiros! O mundo sabe que no Ypiranga - a alguns passos apenas da cidade de São Paulo - irrompendo ingente brado, eterno a repercutir nos ecos do Império, se soltaram os elos da sujeição que nos encadeavam a irmãos de além-mar. O que por ventura ignora, e o surpreenderá, é que embalde buscaria lá sequer inscrição a dizer a vindouros: Aqui o Brasil nasceu nação livre. A majestosa collina, que glória, sem igual nos fastos nacionais, sagrará é ainda campo ermo ... A corte há 13 annos e meio conta em seu seio a estátua do inclyto fundador do Império; e a dois, a do venerando patriarcha d'essa fundação. A nação ainda aguarda monumento commemorativo de sua emancipação política, e irrefragável testemunho de immorredoura ingratidão da pátria aos heróis da liberdade. Ao pungente dezar de tão sensível falta, os paulistas não são indifferentes. A dívida é do Estado; a provincia esperou o Estado. N'essa baldada expectativa, entretanto, devolveu-se mais de meio século; sem dívida por que se entende incumbe à provincia que foi theatro do glorioso feito. N'este pressupposto, a Câmara Municipal da capital avocou a si a grandiosa obra, nomeando para levá-la a effeito duas commissões, uma na corte e outra na referida capital. ... A da côrte estreára com afortunado exito; a de São Paulo acaba de installar-se sob o mais feliz auspício. Prevalecendo-se da vinda de S. M. o Imperador, impetrou sua alta proteção ... (e) deliberou abrir subscrições em todo o Império ... Abre-as a ambos os sexos ... Abre-as ao pobre e ao rico ... A obra que a commissão emprehende é de todos - de todos o espontâneo concurso. Eia, pois, brasileiros! Acudi pressurosos aos reclamos da sagrada dívida... para que na amplidão do Império não reste ninguém, cujo nome não fique inscrito no grande livro que vai registrar os que amam a Independência, engrandecimento e glória do Brasil"<sup>28</sup>.

Os redatores do documento ativeram-se, sem dúvida, a certas formulações extraídas do discurso de Guedes Portilho, mas suavizaram expressões, suprimiram críticas e salvaram a imagem pública da Comissão Central. Exploraram uma linguagem conciliatória, apostando, supostamente, numa coadjuvação entre políticos da Corte e lideranças locais. Além disso, ao divulgarem a relação de pessoas diretamente envolvidas na empreitada, ajudaram a compor a representação - reproduzida por Azevedo Marques - de que, sob as bênçãos do Imperador, as divergências político-partidárias poderiam ser harmonizadas.

Com certeza, a presença de D. Pedro II em São Paulo, entre 16 e 29 de agosto daquele ano, interferiu nas negociações que presidiram sua elaboração assim como no reatamento das ligações com a Comissão Central. Todavia, a atuação dos membros da Comissão recém-instalada também pesou. Entre 5 de agosto e 15 de setembro ocorreram, segundo as *Atas da Câmara* (1875: 114 e ss.), quatro reuniões e foi nesse espaço de tempo que a postura de Guedes Portilho foi sobrepujada pelo brilho de outros protagonistas entre os quais estava o Conselheiro Joaquim Ignácio de Ramalho.

que tornou o Brasil, como por encanto, Império e Império livre". Para auxiliar os "poderes de Estado" nessa tarefa, o comendador ofertou 10 contos de réis em seu nome e no do Conde de Bonfim, depositando a quantia no Banco Rural Hipotecário para vencer juros até que principiasse a construção da obra "na Provincia que tem a glória de ser aquela em que foi proclamada a Independência". Segundo os registros da Câmara a proposta recebeu apoio veemente dos vereadores Antônio Proost Rodovalho e Francisco Antônio Dutra Rodrigues que se encarregaram de mobilizar pessoas e recursos para concretizar uma obra "que seja como que um livro de pedra onde as gerações futuras leiam as gloriosas tradições de seu país" (cf. *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, LV: 114 e ss.).

23. Em sessão extraordinária da Câmara, realizada a 24 de abril de 1869, na residência do Presidente da edilidade, o capitão Bento Alves Pereira, e por indicação de Antônio Proost Rodovalho, decidiu-se que caberia a uma Comissão formada por políticos e parlamentares atuantes na Corte do Rio de Janeiro a incumbência de gerenciar o plano da obra e os recursos para construí-la. Dela fariam parte, além do Comendador Mesquita, José Pedro Dias de Carvalho, senador pela provincia de Minas Gerais; Manuel Ignácio Cavalcante de

Lacerda, Barão de Pirapama e senador pela província de Pernambuco; Francisco de Paula Negreiro Sayão Lobato, Visconde de Niterói e senador pela província do Rio de Janeiro; e Luiz Pedreira de Couto Ferraz, também senador pelo Rio de Janeiro, Visconde e Barão do Bom Retiro (cf. *Atas da Câmara da cidade de São Paulo* LV: 114 e ss.). Informações biográficas sumárias sobre os senadores do Império bem como a relação dos membros do Senado na segunda metade do século XIX podem ser encontradas nas obras de Beatriz Westin de Cerqueira Leite (1978) e Affonso d'Escragnoille Taunay (1978).

24. Apesar de tão detalhista, Portilho não mencionou a cerimônia ocorrida a 10 de maio daquele ano, e que reuniu no Ipiranga o então Presidente da província, João Theodoro Xavier, e uma comissão de vereadores com a finalidade de recolocar "a pedra comemorativa da Independência do Império" no lugar do qual fora exumada três anos antes. Os registros municipais foram sumários a esse respeito, não especificando as razões de tal procedimento. Também a narrativa construída em 1885 por Joaquim Ignácio de Ramalho sobre a história do monumento não forneceu pistas sobre a atitude de Theodoro Xavier, tomada dias antes de seu afastamento do governo provincial. Ver: *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*,

Um dos resultados mais visíveis dos trabalhos realizados pela chamada Comissão "paulista" foi a elaboração dos critérios e normas de um concurso público com o objetivo de selecionar, dentre os desenhos e plantas regularmente inscritos para julgamento, aquele que melhor expressasse, do ponto de vista estético e histórico, os desígnios do Monumento (*Monumento...* 1876).

Divulgado pela imprensa, em São Paulo e nas demais províncias, o documento estipulava a data de 31 de julho de 1876 como prazo limite das inscrições.

Além disso, o interessado em participar deveria se submeter, entre outras, às seguintes exigências: ser brasileiro nato ou naturalizado; projetar uma obra de caráter "nacional", levando em conta a "intenção" da Comissão em se valer de recursos materiais e humanos locais; e idealizar um projeto que contemplasse o Monumento propriamente dito, uma "vasta praça" onde fosse erguido e vias de comunicação entre o Ipiranga e o centro da cidade. O candidato deveria ainda respeitar a "magnitude do assunto a comemorar", elaborando uma obra pautada pela "elevação, elegância e esplendor", que contivesse "as estátuas de todos aqueles que como chefes tentaram a Independência do Brasil, embora fossem mal sucedidos e dela mártires, e dos que cooperaram direta e efetivamente para a Independência realizada", assim como "figuras alegóricas" (*Monumento...* 1876)<sup>29</sup>.

Tratava-se, portanto, de um grande empreendimento que envolvia não só uma dimensão simbólica e celebrativa como uma proposta urbanística, pois a abertura de rua ou avenida, bem como a delimitação dos terrenos destinados ao Monumento e à praça, ensejariam a ocupação e loteamento de importantes áreas no Ipiranga.

Nunca ficaram devidamente esclarecidas as razões ou decisões que obstaram a realização do projeto nessa época. Dez anos depois, em 1886, o Conselheiro Ramalho observava: "... Ainda em 1876, um Monumento na colina do Ipiranga não passava de idéia patriótica... Hoje é um vasto edifício em construção que a todos convence de que a despeito das contrariedades dos homens e da ação destruidora do tempo, o lugar em que o fundador do Império proclamou a liberdade da pátria ... já está e ficará perpetuamente assinalado..." (Ramalho 1886). Mas esse era o início de uma outra história.

## FONTES

- ARMITAGE, João. *História do Brasil* desde a vinda da família real, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. (1.ed. 1836).
- ATAS da Câmara da cidade de São Paulo 1868 a 1877. São Paulo: Prefeitura Municipal/DPH, v.LIV-LXIV, 1946/1949.
- BASTOS, Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil* (1870). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos partidos*. São Paulo: J. Seckler, 1878.
- COLEÇÃO "BARÃO DE RAMALHO". Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP.
- COLEÇÃO "MONUMENTO DO IPIRANGA". Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP.
- HOMEM, Francisco Salles Torres (Timandro). Libelo do Povo. In: MAGALHÃES JR., R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p.3-126. (1.ed. 1849).
- IHERING, Hermann von. O Museu Paulista nos anos de 1910, 1911 e 1912. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, t.9, p.5-24, 1914.
- INDICADOR de São Paulo para o ano de 1878, organizado e publicado por Abílio A.S. Marques. São Paulo: J.Seckler, 1878. (Edição fac-similar: São Paulo: IMESP/Arquivo do Estado, 1983).
- LISBOA, José da Silva. *História dos principais sucessos do Império do Brasil, dedicada ao Sr. D.Pedro I*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e nacional, 1827/1830. 2v.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, seguidos de cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 3.ed. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 2v. (1.ed. 1879).
- MUSEU DO ESTADO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 set. 1895. Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1936. 2v.
- OTTONI, Teófilo. Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais... (1860). In: MAGALHÃES, Basílio de. *Teófilo Ottoni*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.
- RAMALHO, Joaquim Ignácio de. *Relatório do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga lido na sessão de 7 de setembro de 1885*. São Paulo: Typographia Baruel, Paupério e Comp, 1885.
- LXI: 49-50 e Ramalho (1885: 19 e ss.).
25. De acordo com Azevedo Marques (1980, v.2: 460-461), a viagem do Imperador e da Imperatriz a São Paulo deu-se entre 17 e 29 de agosto de 1875. Além de breve permanência na capital, foi marcada por visita à fábrica de ferro de Ipanema e pela inauguração da estrada de ferro que ligou a cidade de Campinas a Mogi-Mirim e a Rio Claro. As *Atas da Câmara* indicaram que, desde o início de junho, comissões de vereadores preparavam a recepção e os festejos. O curioso é que o Presidente da edilidade encontrou enorme dificuldade em formar essas comissões, pois vários dos convocados alegavam problemas pessoais e se recusavam a participar. (cf. *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, LXI: 74 e ss.)
26. Ver: *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, referentes aos anos de 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877 (v.LIV-LXI).
27. A relação completa dos 20 "cidadãos" que compunham a Comissão pode ser encontrada nas *Atas da Câmara da cidade de São Paulo*, ano de 1875 (v.LXI: 100). Foi reproduzida por Azevedo Marques (1950) na obra já citada e também no *Relatório* elaborado pelo Conselheiro Joaquim Ignácio de Ramalho em 1885. Cabe destacar que entre eles estavam praticamente todos os professores da Aca-

demia de Direito de São Paulo, como o próprio Ramalho, José Maria Correa de Sá e Benevides, Clemente Falcão de Souza Filho, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Carlos Leôncio da Silva Carvalho e Francisco Antônio Dutra Rodrigues. Ver: *Indicador de São Paulo para o ano de 1878*.

28. Ver: M.E. de Azevedo Marques (1879, ed. 1980, v.1: 369 e ss.). A mesma *Circular* encontra-se na Coleção "Monumento do Ipiranga", Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista da USP.

29. "Monumento do Ipiranga": documento publicado pela imprensa, referente ao concurso público para seleção do plano da obra, em São Paulo, a 31 de janeiro de 1876. (Coleção "Monumento do Ipiranga", Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista da USP).

RAMALHO, Joaquim Ignácio de. *Relatório do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga lido na sessão de 7 de setembro de 1886*. São Paulo: Typographia Leroy King Bookwalter, 1886.

RAMALHO, Joaquim Ignácio de. *Relatório do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga lido na sessão de 7 de setembro de 1887*. São Paulo: Typographia Leroy King Bookwalter, 1887.

RAMALHO, Joaquim Ignácio de. *Relatório do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga lido na sessão de 7 de setembro de 1888*. São Paulo: Typographia Leroy King Bookwalter, 1888.

RAMALHO, Joaquim Ignácio de. *Relatório do Presidente da Comissão do Monumento do Ipiranga lido na sessão de 7 de setembro de 1889*. São Paulo: Typographia Leroy King Bookwalter, 1889.

REVISTA DO MUSEU PAULISTA, São Paulo: Imprensa Oficial, v.1-10, 1895/1918.

RIBEIRO, José Jacintho. *Chronologia Paulista* (ou Relação histórica dos factos mais importantes ocorridos em São Paulo, desde Martim Affonso de Souza até 1898). São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1901. 3v.

ROCHA, Justiniano José. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES JR. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p.127-218. (1.ed. 1855)

SETE de setembro. *Diário Popular*, São Paulo, 9 set. 1895. (Editorial). Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP.

TAUNAY, Affonso d'Escragolle. *Relatório administrativo do Museu Paulista referente ao ano de 1917*. Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP.

TAUNAY, Affonso d'Escragolle. *Relatório administrativo do Museu Paulista referente ao ano de 1922*. Setor de Documentação Histórica do Museu Paulista/USP.

TAUNAY, Affonso d'Escragolle. *Guia da secção histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

## BIBLIOGRAFIA

A PINACOTECA DO ESTADO. São Paulo: Banco Safra, 1994.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo, naquele tempo, 1885-1915*. São Paulo: Saraiva, 1957.

BARRO, Máximo, BACELLI, Roney. *Ipiranga*. São Paulo: Prefeitura Municipal/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1979.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 1a. reimpressão. São Paulo: T.A. Queiróz, 1983.

CHACON, Vamireth. *História dos partidos brasileiros*. 2.ed. Brasília: Editora da UNB, 1985.

- CINTRA, Francisco de Assis. *D. Pedro I e o grito da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ELLIS, Miriam, HORCH, Rosemarie Erika. *Affonso d'Escragnoille Taunay no centenário do seu nascimento: 11 de julho de 1876 - 20 de março de 1958*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia/ Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1977.
- HERSTAL, Stanislaw. *D. Pedro: estudo iconográfico*. Lisboa: Casa da Moeda de Lisboa/ São Paulo: MEC, 1972. 3v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- LEFORT, Claude. As formas da história. Tradução por Marilena Chauí e Luís Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império, 1870/1889*. Brasília: Senado Federal/UNB, 1978.
- LOPES, Maria Margareth. *As ciências naturais e os museus no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 29, p. 173-206, 1995.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Affonso de Taunay, historiador de São Paulo e do Brasil: perfil biográfico e ensaio bibliográfico*. São Paulo: Museu Paulista/ Universidade de São Paulo, 1977.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et alli. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História: cativa da memória? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p.9-23, 1993.
- MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Às margens do Ipiranga, 1890/1990*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1990.
- NORA, Pierre (Dir.) *Les lieux des mémoires*. Paris: Gallimard, 1984. 5v.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824*. São Paulo, 1986, 2v. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da Independência. In: BRESCIANI, Maria Stella, SAMARA, Eni de Mesquita, LEWKOWICZ, Ida (Org.) *Jogos da política: imagens, representações, práticas*. São Paulo: ANPUH/FAPESP/Marco Zero, 1992. p.153-170.
- PAIVA, Orlando Marques de (Ed.) *O Museu Paulista da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Banco Safra, 1984.
- PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900: impressões de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1900.
- SCHIELE, B. (Org.) *Faire voir, faire savoir: la muséologie scientifique au présent*. Québec: Musée de la Civilisation, 1989.
- SEGUIN, Alexandre Tadeu. *Política e memória: a Independência e a Constituição de 1824 como temas da política e da historiografia do Segundo Reinado (1849/1877)*. Campinas, 1994. Monografia (Bacharelado em História) - Universidade de Campinas.
- SHEETS-PYENSON, Susan. *Cathedrals of science*. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1988.
- TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *O Senado do Império*. 2.ed. Brasília: Senado Federal/UNB, 1978.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo, 1982. 2v. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

Pratos e mais pratos: louça doméstica, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX

**Tania Andrade Lima**

A grande quantidade de louça doméstica que vem sendo recuperada em escavações arqueológicas, realizadas em unidades residenciais do séc. XIX, no Rio de Janeiro, levou a uma reflexão sobre o significado desses objetos para a sociedade que os incorporou tão intensamente ao seu cotidiano. O presente artigo analisa de que modo elas foram utilizadas para a manutenção dos limites, reforçando princípios sociais, e de que modo constituíram uma expressão da ordem então vigente no país.

Unitermos: Louça doméstica. Rio de Janeiro, séc. XIX. Arqueologia histórica  
Anais do Museu Paulista, n.sér., v.3, p.129-191, 1995.

Dishes and more dishes: domestic earthenware, cultural segments, and social limits in 19th-century Rio de Janeiro, Brasil

**Tania Andrade Lima**

The huge amount of domestic earthenware rescued by current archaeological excavations achieved in habitation sites in 19th-century Rio de Janeiro, asks for a reflection on the meaning of such a kind of artifact for a society that so intensively incorporated it into its everyday life. This article analyzes the ways use was made of earthenware in order to keep on social limits, thus strengthening social principles, and how it became an expression of the prevailing order.

Uniterms: Domestic earthenware. Rio de Janeiro, 19th-century. Historical Archaeology.  
Anais do Museu Paulista, n.sér., v.3, p.129-191, 1995.

O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência

**Cecilia Helena de Salles Oliveira**

Este artigo constitui uma incursão inicial em relação ao tema do imaginário da Independência. Toma como questão central a construção de um monumento no Ipiranga, celebrativo da data de 7 de Setembro de 1822, e se propõe a discutir tal projeto, conforme foi formulado na década de 1870.

Unitermos: Monumento do Ipiranga. Independência do Brasil. Imaginário.  
Anais do Museu Paulista, n.sér. v.3, p.195-208, 1995.

The *spectacle* of Ipiranga: introductory remarks on the 'imaginaire' of Brasil's Independence

**Cecilia Helena de Salles Oliveira**

This article is a first approach on the 'imaginaire' of Brasil's Independence and deals with the project of a monument intended to celebrate the place where it was declared (the Ipiranga fields in São Paulo) and the date (September 8, 1822). The discussion focus on the construction project put forward in the seventies of last century.

Uniterms: Ipiranga Monument. Brasil's Independence. History of the 'imaginaire'.  
Anais do Museu Paulista, n.sér. v.3, p.195-208, 1995

A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise

**Heloisa Barbuy**

Apresenta uma história dos ecomuseus enraizada nos movimentos de folclore e etnografia regional, do final do século XIX até os dias de hoje, examinando o caso francês. Explora aspectos em geral menos enfatizados neste campo, tal como a natureza e o papel atribuído aos acervos e ao patrimônio cultural e padrões museográficos.

Unitermos: Ecomuseu. História do ecomuseu. Museologia. Museografia. Museu de Folclore.  
Anais do Museu Paulista, n.sér. v.3, p. 209-236, 1995.